



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1276/2024
(à MPV 1276/2024)

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 3º-A da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, como proposto pelo art. 1º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 3º-A.** Os recursos financeiros do Fundo Nacional de Meio Ambiente poderão ser transferidos aos entes subnacionais, para conta específica, dispensada a celebração de convênio ou instrumento congênere, para financiar projetos de prevenção, preparação e combate a incêndios florestais, inclusive de resposta à fauna atingida ou potencialmente atingida, assegurada prioridade na destinação de recursos para os Estados e municípios da Amazônia Legal, considerando sua vulnerabilidade geográfica e socioeconômica.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Os estados e municípios da Amazônia Legal enfrentam desafios logísticos e estruturais significativos para realizar ações de prevenção e combate a incêndios florestais.

Muitos desses locais não possuem acesso por rodovias e dependem de barcos ou aviões para transporte, o que eleva significativamente os custos de operação e dificulta o envio de equipamentos, pessoal e suprimentos necessários para o enfrentamento a incêndios florestais.

Além disso, tem economias locais frágeis, com baixa base tributária, o que reduz a capacidade de arrecadação e, conseqüentemente, a disponibilidade de recursos próprios para investir em políticas públicas.



Há de se acentuar ainda que esses entes frequentemente carecem de infraestrutura básica, como quartéis de bombeiros bem equipados, sistemas de monitoramento de incêndios e pessoal capacitado para prevenção e resposta a incêndios florestais.

A Amazônia Legal enfrenta pressões como desmatamento ilegal, queimadas para abertura de áreas agrícolas e exploração predatória, o que intensifica o risco de incêndios. Esta região muitas vezes é a mais impactada e têm menos condições de reagir a essas ameaças. E, apesar de estarem em áreas críticas para a preservação ambiental, enfrentam dificuldades para acessar recursos e programas federais devido à falta de capacidade técnica para elaboração de projetos e articulação política.

Esses fatores combinados tornam a Amazônia Legal especialmente vulnerável e evidenciam a necessidade de políticas públicas que garantam a priorização de recursos para a prevenção e combate a incêndios florestais nessas localidades.

Essa priorização visa fortalecer a capacidade de resposta nesses territórios estratégicos para a preservação da maior floresta tropical do mundo, que possui papel essencial no equilíbrio climático e na biodiversidade global.

Sala da comissão, 27 de novembro de 2024.

Deputado Fausto Santos Jr.
(UNIÃO - AM)

